

Parecer nº 123/IEF/NAR PATROCINIO/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0014750/2024-35

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| | |
|---|--------------------------|
| Nome: Ernandes Marques Mundim | CPF/CNPJ: 460.980.206-63 |
| Endereço: Rua José Soares, 619 | Bairro: Bатуque |
| Município: Monte Carmelo | UF: MG |
| Telefone: (34) 3842-6447 | CEP: 38.500-000 |
| E-mail: geovanna_oliveira12@hotmail.com | |

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

| | |
|------------|-----------|
| Nome: | CPF/CNPJ: |
| Endereço: | Bairro: |
| Município: | UF: |
| Telefone: | CEP: |
| E-mail: | |

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

| | |
|---|--------------------------------|
| Denominação: Fazenda Boa Vista ou Gonçalves | Área Total (ha): 20,4533 |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 47.871 Livro 2-RG e 28.605 Livro 02 | Município/UF: Monte Carmelo/MG |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3143104-F90A.CF5C.D4F9.495F.9C3A.D006.3278.F2EE | |

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade |
|---|------------|---------|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo | 0,6809 | ha |
| Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente | 0,8962 | ha |

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
|---|------------|---------|---|-----------|
| | | | X | Y |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo | 0,6809 | ha | 252.802 | 7.918.157 |
| Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente | 0,8962 | ha | 252.749 | 7.918.186 |

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| | | |
|-----------------------|---------------|-----------|
| Uso a ser dado a área | Especificação | Área (ha) |
| Outros | Barramento | 1,5771 |

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) |
|------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|-----------|
| Cerrado | Cerradão, cerrado e campo cerrado | | 1,5771 |

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|--------------------|---------------|------------|---------|
| Lenha nativa | | 108,8491 | m³ |

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 12/06/2024

Data da vistoria: 14/08/2024

Data de solicitação de informações complementares: 11/09/2024

Data do recebimento de informações complementares: 02/10/2024

2.OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em 0,6809 hectare; e supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente em 0,8962 hectare, em meio rural, para ampliação de um barramento.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado fazenda Boa Vista ou Gonçalves localizada no município de Monte Carmelo, matrículas 47.871 e 28.605, possui uma área total matriculada de 20,4533 hectares, 0,5113 módulo fiscal, e uma área total medida de 20,4667 hectares. A cobertura vegetal do município é de 21,41%, que se encontra no bioma Cerrado.

Existe um contrato de compra e venda entre a Agro Santa Barbara Ltda, como promitente vendedora e Ernandes Marques Mundim e Leocarlos Marques Mundim como promitentes compradores.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

3.2.1 Matrículas 48.871 e 28.605

- Número do registro: MG-3143104-F90A.CF5C.D4F9.495F.9C3A.D006.3278.F2E

- Área total: 20,4533 ha

- Área de reserva legal: 4,1000 ha

- Área de preservação permanente: 1,8111 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 12,2690 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

A área de 4,1000 hectares está preservada, sendo constituída por cerradão, cerrado e campo cerrado

- Formalização da reserva legal:

A reserva legal está Proposta no CAR

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

Dentro do próprio imóvel

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 1

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida, e não foram utilizadas áreas de preservação permanentes no cômputo da reserva legal.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A intervenção fora e dentro de área de preservação permanente, com supressão de vegetação nativa, tem o intuito de ampliar um barramento para irrigação de café, sendo: Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em uma área comum de 0,6809 hectare constituída por cerradão, cerrado e campo cerrado; e Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente em uma área de 0,8962 hectare constituída por cerradão, cerrado e campo cerrado.

4.1. A intervenção ambiental visa o desmate de vegetação de cerradão, cerrado e campo cerrado:

Área total a ser explorada: 1,5771 hectare.

Tipo de Amostragem: Casual estratificada.

4.1.1. Extrato 1: Parcelas 1 e 2.

Área a ser explorada: 1,2106 hectare.

Volume/hectare: 73,0641 metros cúbicos de lenha.

Volume total: 88,4514 metros cúbicos.

Espécies mais frequentes: Marmelada-do-campo, embaúba, cedro-do-brejo, aroeirinha, goiabeira-do-campo, copororoca, pau-pombo, pindaíba, entre outras.

Finalidade do Produto/Subproduto: Uso na própria propriedade.

4.1.2. Extrato 2: Parcela 3 e 4.

Área a ser explorada: 0,3665 hectare.

Volume/hectare: 55,6553 metros cúbicos de lenha.

Volume total: 20,3977 metros cúbicos.

Espécies mais frequentes: Marmelada-do-campo, embaúba, cedro-do-brejo, aroeirinha, goiabeira-do-campo, coporoca, pau-pombo, pindaíba, entre outras.

Finalidade do Produto/Subproduto: Uso na própria propriedade.

Conforme os dados extraídos do inventário florestal juntados ao processo pela Engenheira Florestal Geovana Maria Oliveira Leandro, CREA nº 373.990-MG e ART MG20242980764, e da vistoria técnica realizada na propriedade em questão, foi constatado que ocorrem as fitofisionomias classificadas como cerradão, cerrado e campo cerrado.

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão total da área requerida é de 108,8491 metros cúbicos, em 1,5771 hectare, que serão utilizados na própria propriedade.

A barragem compreenderá uma área total de 1,5771 hectare, do qual 1,2294 hectare será alagado, 0,2789 hectare corresponderá ao aterro e 0,0688 às estradas.

Salienta-se que o requerente possui documento de recibo de outorga d'água.

Salienta-se que o estudo técnico de alternativa locacional e o PRADA (Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas), para a ampliação do barramento, são de responsabilidade da Engenheira Florestal Geovana Maria Oliveira Leandro, CREA nº 373.990-MG e ART MG20242980764.

4.2. Taxas pagas:

Taxa de Expediente: R\$ 659,96, paga em 13/05/2024.

Taxa de Expediente: R\$ 659,96, paga em 13/05/2024.

Taxa Florestal: R\$ 804,57, paga em 13/05/2024.

5.RESTRIÇÕES AMBIENTAIS, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E VISTORIA TÉCNICA

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito baixa, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa, conforme o Sisema IDE.
- Prioridade para conservação Biodiversitas:

Em consulta à Fundação Biodiversitas, verificou-se que a propriedade não está inserida em área com prioridade de conservação Extrema / Especial, de acordo com o Decreto Estadual 46.336/13; e também conforme o Sisema IDE.

5.2 Das características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividade desenvolvida: Agricultura.
- Atividade licenciada: G-01-03-1, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- Classe do empreendimento: Classe 1.
- Modalidade: Não passível.

5.3 Da vistoria técnica realizada:

- Data: 14/08/2024.
- Acompanhante: Não houve.
- Características físicas:

Topografia: Relevo plano.

Solo: Latossolo.

Hidrografia: Área de preservação permanente do imóvel: 1,8111 hectare.

Bacia hidrográfica federal: Rio Paranaíba.

Microbacia: Rio Bagagem.

- Características Biológicas/Vegetação: Bioma cerrado, fitofisionomia florestal de cerradão, cerrado e campo cerrado.

6.ANÁLISE TÉCNICA

A intervenção consistiu em um total de 0,6809 hectare com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, e intervenção em um total de 0,8962 hectare com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação

permanente, passíveis de aprovação, por se tratar de cerradão, cerrado e campo cerrado, no intuito de ampliar um barramento para irrigação de café.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrerem durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

Impacto: Estrutura de ampliação de barramento.

Medida Mitigadora: Proteger as áreas de preservação permanente no entorno da propriedade.

7.CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0014750/2024-35

Ref.: Supressão de vegetação nativa e Intervenção em APP com supressão

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente procedimento administrativo sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado por **ERNANDES MARQUES MUNDIM**, conforme consta no processo, para SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 0,6809 hectare e INTERVENÇÃO EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em 0,8962 hectare no imóvel rural denominado "Fazenda Boa Vista", localizado no município de Monte Carmelo, matrículas nº 28.605 e 47.871, de acordo com o gestor do processo em vistoria realizada no local.

2 - A propriedade possui área total de 20,4533 hectares, possuindo RESERVA LEGAL equivalente a **4,1000 ha**, devidamente cadastrada no CAR, conforme salientado no Parecer Técnico, que assevera também que suas informações foram verificadas e aprovadas pelo gestor do processo, que também salientou que encontra-se em bom estado de preservação.

3 - A intervenção ambiental requerida decorre da necessidade de ampliação de infraestrutura de acumulação de água para irrigação. Foi destacado no Parecer Técnico que na propriedade não existem áreas subutilizadas, o que, por si só já se configura como argumento para autorização das intervenções requeridas, sendo apresentada uma Certidão de Dispensa e um Certificado de Registro de Uso de Recurso Hídrico, atestando a regularidade ambiental da atividade, considerada **não passível** de licenciamento ambiental ou de licença ambiental simplificada pelo órgão ambiental competente, de acordo com DN COMPAM 217/2017.

4 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, estando todos os referidos documentos anexados ao processo. Importante ressaltar que tais informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico e a falta de óbice na legislação em vigor, conforme restará demonstrado adiante, o requerimento de **supressão de vegetação nativa é passível de autorização**.

6 - A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo inicialmente é prevista pela **Lei Federal nº 12.651/2012**, estando disciplinada especificamente nos **arts. 26 e seguintes** e também no **Decreto Estadual nº 47.749/2019** em seu **art. 3º, inciso I**.

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental cumpriu todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

8 - Ainda, mister salientar que a intervenção requerida não se enquadra no disposto pelo **art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013**.

9 - Impende, também, ser ressaltado que, conforme destacado no Parecer Técnico e já asseverado acima, a propriedade possui RESERVA LEGAL devidamente declarada no CAR da propriedade (não inferior a 20% do imóvel), não havendo áreas subutilizadas no imóvel, fatos esses chancelados pelo técnico vistoriador.

10 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que o imóvel em questão não está inserido em área com prioridade de conservação classificada como extrema/especial, em consulta à Fundação Biodiversitas e o IDE-SISEMA, de acordo com o Decreto Estadual nº 46.336/2013.

DA INTERVENÇÃO EM A.P.P. COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

11 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, **o requerimento de intervenção em APP com supressão de vegetação nativa é passível de autorização**, uma vez que, conforme atesta o Parecer Técnico, trata-se de intervenção considerada de *interesse social*, respaldada pelo disposto no **art. 3º, inciso II do Decreto 47.749/2019** e na **alínea “g” do inciso II do art. 3º da Lei Estadual nº 20.922/2013**.

12 - Conforme legislação em vigor, as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

13 - Entretanto, a legislação ambiental vigente aponta os casos de flexibilização do uso da área de preservação permanente, conforme disposto na Lei Estadual nº 20.922/2013 e na Portaria IEF nº 54/2004. Estas normas estabelecem que a intervenção em APP somente poderá ser autorizada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, nos seguintes casos: obras decorrentes de utilidade pública, **de interesse social** ou ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental.

14 - A Lei Estadual nº 20.922/2013 dispõe sobre área de preservação permanente o seguinte:

“Art. 3º – Para os fins desta Lei, consideram-se:

II – interesse social:

(...)

g) a implantação da infraestrutura necessária à acumulação e à condução de água para a atividade de irrigação e à regularização de vazão para fins de perenização de curso d’água; (grifo não oficial)

Art. 8º – Considera-se APP a área, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

(...)

Art. 11 – A vegetação situada em APP deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 1º – Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em APP, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei.

§ 2º – A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou da posse do imóvel rural.

§ 3º – No caso de supressão não autorizada de vegetação realizada após 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão de vegetação enquanto não cumprida a obrigação prevista no § 1º.

(...)

Art. 12 – A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.”

15 - Ainda sobre o tema, o **Decreto Estadual nº 47.749/2019**, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal, esclarece o seguinte:

“Art. 17 – A intervenção ambiental em APP somente poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública, de interesse social e de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, devendo ser comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional.”

16 - Assim, ante o fato da atividade exercida pelo empreendedor encontrar guarida no disposto na **alínea “g” do inciso II do art. 3º**, pois trata-se de intervenção com caráter de interesse social, resta passível de aprovação e de chancela do Órgão Ambiental a

intervenção ora requerida.

17 - Insta ressaltar que a inexecução total ou parcial das medidas mitigadoras e/ou compensatórias ensejará sua remessa ao Ministério Público, para execução das obrigações, sem prejuízo das demais sanções legais, nos termos do **art. 7º da Portaria IEF nº 54, de 14 de abril de 2004**.

III. Conclusão:

18 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, opina **FAVORAVELMENTE** à autorização da SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em 0,6809 ha e à INTERVENÇÃO EM APP COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA em 0,8962 ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no Parecer Técnico, caso existam, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013).

19 - Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

20 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional.

21 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como sobre os projetos e programas apresentados no processo, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

8.CONCLUSÃO

Por fim, posiciono-me favorável ao DEFERIMENTO de 1,5771 hectare, sendo uma intervenção total de 0,6809 hectare com supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, e uma intervenção total de 0,8962 hectare com supressão de cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente, passíveis de aprovação, por se tratar de vegetação de cerrado, cerrado e campo cerrado, no intuito de ampliar um barramento para irrigação de café, na fazenda Boa Vista ou Gonçalves, tendo como requerente Ernandes Marques Mundim.

9.REPOSIÇÃO FLORESTAL

R\$ 3.448,14.

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal

() Formação de florestas, próprias ou fomentadas

() Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10.CONDICIONANTES

- Cumprir integralmente o PRADA, Projeto de Recomposição de Área Degradada ou Alterada, em área de preservação permanente de 1,0085 hectare.

- Respeitar rigorosamente os limites da área de reserva legal e das áreas de preservação permanente.

- Não extrair madeiras de corte proibido por lei, pequi e ipê amarelo e tampouco fazer uso de fogo sem a autorização do órgão ambiental competente.
- Proteger as áreas de preservação permanente no entorno da propriedade.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Edimar Antônio da Silva**
Masp: **1149443-2**

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: **Andrei Rodrigues Pereira Machado**
Masp: **1368646-4**



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 08/11/2024, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar Antonio da Silva, Servidor**, em 12/11/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **96999423** e o código CRC **2B9D86C6**.